

PORNOGRAFIA INFANTIL: Análise de Manuais de Pedofilia

Child Pornography: Pedophilia Manuals Analysis

Marcelo da Silva Morreira¹, Enrique Muriel Torrado⁽²⁾

(1) PGCIN/UFSC, Florianópolis/SC, marcelomoreira3000@gmail.com.

(2) PGCIN/UFSC, Florianópolis/SC, enrique.muriel@ufsc.br.

Resumo:

A transformação da sociedade, associada ao desenvolvimento tecnológico e da comunicação, provocou grandes mudanças nas inter-relações sociais. Novos paradigmas, como a Sociedade da Informação, surgiram com a universalização do acesso à informação e da propagação crescente do fluxo de dados, contudo a criminalidade não está alheia ao fenômeno das transformações da sociedade. O surgimento da Internet facilitou que criminosos pudessem propagar práticas ilícitas mais facilmente. Crimes relacionados à violência sexual de crianças e adolescentes ganharam um potencial lesivo muito maior com o advento da rede mundial de computadores, pois pedófilos passaram a compartilhar na *Deep Web* manuais e guias para ensinar práticas e técnicas de violência sexual infantil. Nesse contexto, a presente pesquisa tenta produzir um conjunto de diretrizes e princípios de prevenção do crime de Pornografia Infantil, através da análise de manuais de pedofilia disponibilizados na *Deep Web*. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, sendo explorada através da análise e categorização de manuais de pedofilia; das percepções de policiais no enfrentamento ao problema; e, das percepções de profissionais da área psicossocial no acolhimento das vítimas. Dessa forma, busca-se fornecer um rol de diretrizes de prevenção que possam subsidiar ações de Estado na promoção de políticas públicas de combate à Pornografia Infantil.

Palavras-chave: Pornografia Infantil; Sociedade da Informação; Prevenção.

Abstract:

The transformation of society, associated with technological development and communication, has brought about great changes in social interrelationships. New paradigms, such as the Information Society, have emerged with the universalization of access to information and the growing spread of data flow, yet crime is not alien to the phenomenon of the transformations of society. The emergence of the Internet has made it easier for criminals to propagate illicit practices more easily. Crimes related to sexual violence against children and adolescents have gained much greater potential with the advent of the global computer network, as pedophiles began sharing Deep Web manuals and guides to teach practices and techniques of child sexual violence. In this context, the present research tries to produce a set of guidelines and principles of prevention of the crime of Child Pornography, through the analysis of pedophilia manuals available in the Deep Web. This research is characterized as exploratory and qualitative, being explored through the analysis and categorization of pedophilia manuals; perceptions of cops in coping with the problem; and of the perceptions of psychosocial professionals in the reception of the victims. In this way, we seek to provide a set of prevention guidelines that can support State actions in the promotion of public policies to combat Child Pornography.

Keywords: Child Pornography; Information Society; Prevention.

1 Introdução

O paradigma da Sociedade da Informação ou Sociedade em Rede demonstra que as atuais transformações sociais são permeadas pelo uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. O advento da Internet afetou as relações sociais, as técnicas de produção, a cultura e o próprio conceito de poder, promovendo transformações nas experiências humanas e na própria estrutura social. Todavia, o uso a rede mundial de computadores também

possibilitou a propagação de ações criminosas.

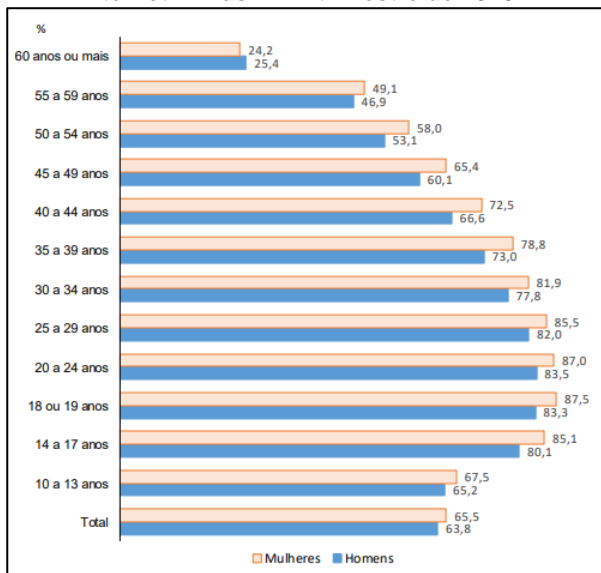
Especialmente, os crimes que envolvem violência sexual contra menores de idade passaram a ter um potencial lesivo ainda maior como o uso crescente do “ambiente virtual”. O grande desafio da sociedade em geral, por meio dos órgãos de segurança pública e de entidades de apoio, é buscar medidas efetivas de proteção de suas crianças e adolescentes a fim de combater tais crimes, os quais causam consequências nefastas às vítimas desses abusos.

1.1 Referencial teórico:

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2016, revelaram que: *i*) 69,3% dos brasileiros têm acesso à rede mundial de computadores; *ii*) em 97,2% dos domicílios em que havia acesso à Internet, o equipamento mais usado era o telefone celular; e, *iii*) 94,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, usam a Internet com a finalidade de enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail. (BRASIL, 2016).

Outra informação relevante, apurada na PNAD – Contínua, é o percentual de menores de idade que tem acesso à Internet. No grupo de 10 a 13 anos de idade, as meninas apresentam percentual 67,5%, superior aos meninos (65,2%); e, no grupo de 14 a 17 anos de idade, o percentual das meninas sobe para 85,1% e os meninos para 80,1%. Conforme mostrado no gráfico 1:

Gráfico 1: Percentual de pessoas que utilizam a Internet – Brasil – 4º trimestre de 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

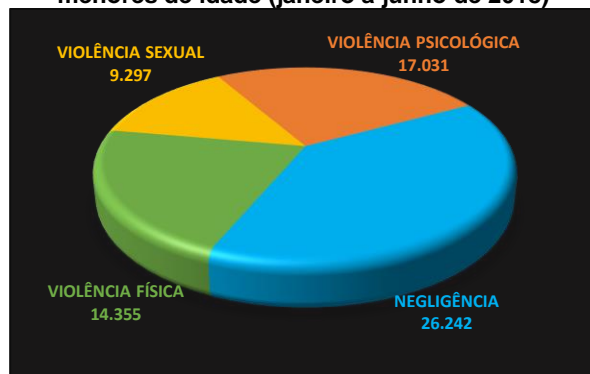
De fato, com a evolução da sociedade e o desenvolvimento das tecnologias e das comunicações, a rede mundial de computadores passou a ser recorrida como

meio de sociabilidade e de entretenimento, entre crianças e jovens que buscam as redes sociais para passar o tempo e fazer amizades (FERREIRA; SOBRINHO, 2012).

Por outro lado, criminosos usam a Internet com o objetivo de realizar tentativas de aliciamento de possíveis vítimas (crianças e adolescentes) de violência sexual, justamente pelas facilidades tecnológicas oferecidas (CAPPELLARI, 2018) e pela dificuldade de serem identificados.

Em 2018, apenas no período de janeiro a junho, o Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do Disk 100, recebeu 9.297 denúncias de violações sexuais contra menores de idade. Nesse levantamento, a violência sexual é a quarta violação mais denunciada, atrás apenas da negligência (26.242 casos), da violência psicológica (17.031 casos) e da violência física (14.355) (BRASIL, 2018). O gráfico 2 retrata esta realidade.

Gráfico 2: Principais Violações Sexuais contra menores de idade (janeiro a junho de 2018)



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados Disk 100, 2018)

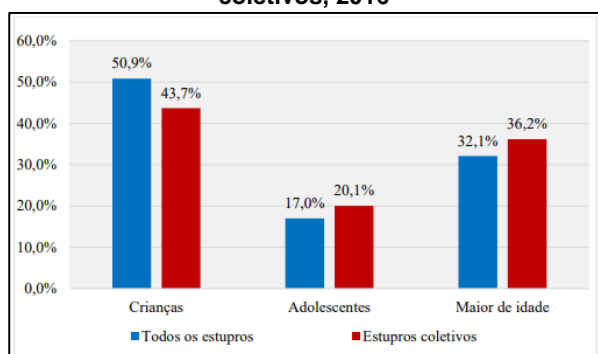
Dessas denúncias de violações sexuais contra crianças e adolescentes:

- 68% estão relacionadas a situações de abuso sexual;
- 15% a exploração sexual; e,
- 14% a pornografia infantil.

Para aprofundar neste grave problema, o Atlas de Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que, no ano de 2016, as polícias brasileiras registraram 49.497 casos de estupro e o Sistema Único de Saúde

(SUS) notificou 22.918 incidentes desta mesma natureza; sendo que, em quase 68% do total de casos de estupro ocorridos no Brasil, as vítimas eram crianças ou adolescentes; revelando ainda que 63,8% dos casos de estupros coletivos envolviam menores de idade. No gráfico 3, o destaque fica nos casos da participação de crianças e adolescentes nos casos de estupros coletivos.

Gráfico3: Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro no total de casos e nos estupros coletivos, 2016



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaborado Diest/Ipea e FBSP, 2016.

As formas violência sexual infantojuvenil envolvem um cenário complexo de segurança pública, associado aos graves danos físicos e psicológicos acometidos às vítimas, à relação de proximidade dos agressores, e ao local dos fatos que, devido aos avanços tecnológicos, teve, ainda, seu espaço expandido para o ciberespaço (CASTELLS, 1999) por meio da Internet. “[...] diante das novas possibilidades de inter-relação propiciadas pela Internet, poucas vezes a pedofilia esteve tão visível e, ao mesmo tempo, tão difícil de ser controlada” (CAPPELLARI, 2018, p. 1).

Nesse contexto de expansão da criminalidade, pedófilos, na rede mundial de computadores, passaram a disponibilizar *on-line* fotos e vídeos contendo cenas de sexo infantojuvenil, tanto com o intuito de perpetrar sua satisfação pessoal, bem como para utilizar como “moeda de troca” na aquisição de novos vídeos e imagens em comunidades de pedofilia. Por estes motivos, a Internet se tornou o meio mais usado para a distribuição e compartilhamento deste material ilícito (CAPPELLARI, 2018), através de redes sociais, de redes *peer-to-peer* (P2P), de

grupos de *Whatsapp* e da rede profunda, conhecida como *Deep Web*.

Cabe ressaltar que pedófilos têm compartilhado na *Deep Web* manuais de pedofilia a fim de divulgar práticas e técnicas de abuso sexual de menores de idade. Tais guias têm como objetivo ensinar:

- Sobre a sexualidade infantil;
- Sobre os riscos envolvidos;
- Quando começar, idade ideal;
- Onde encontrar uma criança (filhos próprios, família, mães com filhos, creches, escolas, na rua);
- Como escolher bem das possíveis vítimas;
- Como abordar ou se aproximar de crianças ou adolescentes;
- Como conquistar a mãe para ter acesso à vítima, menor de idade;
- Como conquistar a confiança da vítima;
- Como concretizar o abuso sem deixar marcas;
- Como fazer a criança te dar prazer; e,
- Como se prevenir da ação policial.

Na “Era da Informação”, referida por Burke (2003), a informação tem valor para a sociedade e promove o seu desenvolvimento. Entretanto, a divulgação de manuais para ensinar a praticar o mal vai de encontro ao conceito de Sociedade da Informação (CASTELLS, 1999) e se contrapõe a todos os valores sociais.

O presente estudo busca, através da análise de manuais de pedofilia, de entrevistas com policiais que atuam no enfrentamento do problema e de entrevistas de profissionais da área psicossocial que atuam no acolhimento e tratamento das vítimas, propor uma estrutura de diretrizes e princípios de prevenção que ajudem a sociedade no combate à pornografia infantil, servindo de matéria-prima para a elaboração de campanhas publicitárias, palestras educacionais e ações de conscientização.

A questão central a ser respondida é: Como podemos combater e prever a pornografia infantil no contexto da Sociedade da Informação? Com o intuito de responder esta indagação, os seguintes objetivos

específicos foram elaborados: a) Analisar as relações da Sociedade da Informação com o contexto do crime de pornografia infantil; b) Identificar e caracterizar os manuais e guias de pedofilia disponibilizados na *Deep Web*; c) Coletar as percepções de policiais que trabalham no combate aos crimes de violência sexual infantojuvenil; d) Verificar e analisar as percepções de profissionais da área de assistência psicossocial que atuam no acolhimento e tratamento de menores vítimas de abusos sexuais, e; e) Identificar os fluxos institucionais dos órgãos públicos que atuam na área de segurança pública e de assistência psicossocial.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral: Produzir um conjunto de diretrizes e princípios de prevenção do crime de Pornografia Infantil através da análise de guias e manuais de pedofilia disponibilizados na *Deep Web*.

2.2 Objetivos Específicos:

A tabela 1 lista os objetivos específicos do presente estudo:

Tabela 1: Objetivos Específicos.

Objetivos Específicos
a) Analisar as relações da Sociedade da Informação com o contexto do crime de pornografia infantil.
b) Identificar e caracterizar os manuais e guias de pedofilia disponibilizados na <i>Deep Web</i> .
c) Coletar as percepções de policiais que trabalham no combate aos crimes de violência sexual infantojuvenil.
d) Verificar e analisar as percepções de profissionais da área de assistência psicossocial que atuam no acolhimento e tratamento de menores vítimas de abusos sexuais.
e) Identificar os fluxos institucionais dos órgãos públicos que atuam na área de segurança pública e de assistência psicossocial.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

3 Procedimentos Metodológicos

Neste estudo serão analisados 04 manuais de pedofilia e serão entrevistados

profissionais da área de segurança e assistência psicossocial envolvidos no contexto do crime de Pornografia Infantil no intuito de propor uma estrutura de diretrizes e princípios que possam dar apoio à prevenção deste tipo de ilícito.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A abordagem do problema é qualitativa, em virtude da busca da compreensão dos elementos associados ao contexto da prevenção da Pornografia Infantil. É um estudo de caráter exploratória-descritivo uma vez que “pressupõem (sic) que o investigador tenha um conhecimento aprofundado a respeito dos fenômenos e problemas que está estudando” (KÖCHE, 2010, p.126). Dessa forma, a meta é analisar a questão da prevenção a partir de diferentes perspectivas, por meio do emprego de entrevistas com questionamentos semiestruturados (ROSA; ARNOLDI, 2006).

A pesquisa é caracterizada quanto aos procedimentos metodológicos como documental, pois “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico.” (GIL, 2008, p.51), como os guias de pedofilia disponibilizados na *Deep Web*.

A tabela 2 detalha os procedimentos metodológicos:

Tabela 2: Procedimentos Metodológicos.

Procedimentos Metodológicos
a ₁) Levantamento da legislação pátria vigente relacionada ao crime de pornografia infantil.
a ₂) Levantamento bibliográfico de artigos e publicações científicas relacionadas a interseção da Ciência da Informação, pornografia infantil e prevenção.
b) Análise de conteúdo das principais dicas recomendações compartilhadas por pedófilos.
c) Realizar de entrevistas semiestruturadas com policiais que atuam no combate ao crime de pornografia infantil.
d) Realizar de entrevistas semiestruturadas com psicólogos e assistentes sociais que atuam com menores vítimas de violência sexual.
e) Levantamento de protocolos, fluxos e rotinas de trabalho dos órgãos envolvidos no enfrentamento do problema.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Por fim, quanto ao referencial teórico, é importante salientar que neste estudo são apresentados dados, gráficos e análises no intuito de tentar demonstrar a dimensão do problema da violência sexual infantil no Brasil. Entretanto, a presente pesquisa tem como eixo central a extração de conteúdo de manuais de pedofilia disponibilizados na *Deep Web* com o intuito de fomentar a prevenção, dessa forma será produzida a partir de um levantamento bibliográfico (LAKATOS, MARCONI, 2010), através livros e artigos de periódicos que tenham relação com a Ciência da Informação, crimes de violência sexual infantil e prevenção.

A pesquisa da fundamentação bibliográfica será realizada nas bases de dados: *Library and Information Science Abstracts* (LISA), SUCUPIRA, SCOPUS e *Web of Science* (WoS), tendo em vista a grande quantidade de periódicos nestas bases e o seu reconhecimento internacional.

4 Resultados

A iminente pesquisa encontra-se numa etapa inicial, tendo sido realizado o levantamento da legislação pátria relacionada à questão da proteção da criança e do adolescente, bem como da legislação associada aos crimes de violência sexual de menores de idade.

Foi realizada a também a Revisão Sistemática da Literatura relacionada à relação da Ciência da Informação, Pornografia Infantil e prevenção.

Ao longo da pesquisa, serão analisados quatro manuais de pedofilia intitulados:

- “How to practice child love”;
- “The Pedophile's Handbook”;
- “Pedo playground”;
- “DDLG Guide”.

A fase atual é a análise e categorização dos manuais de pedofilia disponíveis na *Deep Web*. Tendo sido iniciado a tradução e categorização do primeiro dos quatro manuais de pedofilia disponibilizados na *Deep Web*.

A tabela 3 apresenta os resultados realizados e esperados relacionando-os aos objetivos específicos e procedimentos metodológicos:

Tabela 3: Resultados.

Resultados
<p>a₁) Resultado Esperado: Fundamentação legal sobre o crime de Pornografia Infantil.</p> <p>a₁) Resultado Realizado:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Arts. 109, 144, 227 da Constituição da República Federativa do Brasil II. Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas III. Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) IV. Lei nº 11829/2008 (alterou o ECA) V. Decreto 99.710/90 - Convenção sobre os Direitos da Criança VI. STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.267 – SC (03/12/2015) VII. STF, RECURSO EXTRAORDINÁRIO 628.624 (Minas Gerais);
<p>a₂) Resultado Esperado: Fundamentação teórica sobre as interseções da Sociedade da Informação com o crime de Pornografia Infantil.</p> <p>a₂) Resultado Realizado:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Revisão Sistemática da Literatura.
<p>b) Resultado Esperado: Categorização das dicas e recomendações compartilhadas em manuais de pedofilia na <i>Deep Web</i>.</p> <p>b) Resultado Realizado:</p> <p>Em andamento.</p>
<p>c) Resultado Esperado: Identificação das boas práticas de combate ao crime de Pornografia Infantil no contexto policial; coleta de experiências e captação de dicas de prevenção.</p>
<p>d) Resultado Esperado: Identificação dos aspectos relacionados às vítimas de violência sexual infanto-juvenil, observadas por profissionais na área de atendimento e de acolhimento.</p>
<p>e) Resultado Esperado: Identificação de protocolos, fluxos e rotinas no encaminhamento de denúncias de Pornografia Infantil. Levantamento das etapas de acolhimento e tratamento de vítimas pelos órgãos públicos.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

4 Considerações Finais

Ao final, busca-se que, à luz da Ciência da Informação, o resultado desta pesquisa possa efetivamente contribuir para a redução dos casos de violação sexual de crianças e adolescentes, enumerando um conjunto de diretrizes e princípios de prevenção que ajudem a sociedade no combate à pornografia infantil, servindo de matéria-prima para a

elaboração de campanhas publicitárias, palestras educacionais e ações de conscientização.

Espera-se que o conjunto de diretrizes e princípios de prevenção produzidos por este estudo possam compor manuais de orientação a pais, professores, policiais e sociedade em geral no intuito de permitir maior proteção de crianças e adolescentes em relação aos crimes de violência sexual infantil.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. 2016. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento /Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Anual/Acesso Internet Televisao e Posse Telefone Movel 2016/Analise dos Resultados.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2016/Analise_dos_Resultados.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento - I: de Gutenberg a Diderot**. Trad. por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAPPELLARI, M. R. S. V. A pedofilia na pós-modernidade: um problema que ultrapassa a cibercultura. **Em Questão**, v. 11, n. 1, p. 67-82, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003734/fcd6ae2b54c19896ab4cce32c6662b37>>. Acesso em: 14 set. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 44 p. 1 v. Tradução de: Roneide Venancio Majer.

FERREIRA, Rubens da Silva; SOBRINHO, Telma Socorro da Silva. Bibliotecas públicas e ciberviolência em tempos de uma sociedade em rede: Novos papéis diante de um novo fenômeno. **Revistas de La Fahce: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/UNPL**, Buenos Aires, Argentina, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv2n1a03>>. Acesso em: 14 set. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 51 p.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 126 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.